



Spiridon Anyfantis

## PROVAS AUDIOVISUAIS

SUA VALORAÇÃO  
NO PROCESSO PENAL

PREFÁCIO

Ela Wiecko V. de Castilho

216 páginas

ISBN 978-85-7700-138-5

FORMATO: 14,5 x 21,5 cm

<http://www.editoraforum.com.br/loja>

O livro apresenta um estudo substancial sobre alguns dos mais caros temas da norma constitucional e processo penal, como a ilicitude da prova e sua formulação por meio de gravações audiovisuais. Fala-se, aqui, das provas produzidas por *câmeras ocultas* ou *escondidas* e *câmeras ostensivas*.

Atualmente, há um consenso doutrinário no sentido de que, para a elucidação de fatos ilícitos, as gravações de áudio e vídeo estão adquirindo importância cada vez maior, em especial quando se trata de delitos produzidos contra a Administração Pública. O problema que se vislumbra, porém, diz respeito à validade judicial dessas provas, além de sua interpretação em face das garantias constitucionais da intimidade, privacidade, honra e imagem da pessoa acusada. Esse é o tema sobre o qual se debruça o autor, oferecendo uma visão atual e ampla sobre as hipóteses nas quais se admite a valoração judicial dessas provas e outras, onde sua produção se mostra ilícita.

### **Spiridon Anyfantis**

Mestre em direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás. Professor da Escola Superior da Magistratura de Goiás. Promotor de Justiça.

# Sumário

Prefácio

**Ela Wiecko V. de Castilho**

Introdução

## *Capítulo 1*

### **A prova no processo penal**

- 1.1 Objeto da prova
- 1.2 Fonte de prova
- 1.3 Meio de prova
- 1.4 Ônus da prova
- 1.5 Princípios que regem o sistema probatório
- 1.6 Pertinência e utilidade da prova
- 1.7 Sistemas de apreciação da prova
  - 1.7.1 Sistema da certeza moral do juiz ou íntima convicção
  - 1.7.2 Sistema da certeza moral do legislador ou da prova legal
  - 1.7.3 Sistema do livre convencimento do juiz ou da persuasão racional
- 1.8 Direito à prova
- 1.9 O réu e a prova

## *Capítulo 2*

### **Provas ilícitas**

- 2.1 Conceito e introdução
- 2.2 Classificação das provas ilícitas
  - 2.2.1 Quanto à amplitude
  - 2.2.2 Quanto à sua essência
  - 2.2.3 Quanto ao objeto
  - 2.2.4 Quanto ao momento em que é produzida a ilicitude
- 2.3 A prova ilícita no processo: teorias
  - 2.3.1 Posição favorável à admissibilidade e eficácia da prova ilícita
  - 2.3.2 Posição contrária à admissibilidade e eficácia da prova ilícita
  - 2.3.3 Sobre a proporcionalidade ou juízo de ponderação
- 2.4. O supremo tribunal federal frente ao princípio da proporcionalidade ou ponderação de valores
- 2.5 Provas derivadas de provas ilícitas
- 2.6 Exceções à teoria das provas ilícitas
  - 2.6.1 Teoria da fonte independente (*independent source*)
  - 2.6.2 Teoria do descobrimento inevitável (*inevitable discovery*)
  - 2.6.3 Teoria da exceção da boa fé (*good faith exception*)
  - 2.6.4 Teoria da tinta diluída
  - 2.6.5 Teoria da prova ilícita benéfica ao réu (ou prova ilícita *in bonam partem*)

## *Capítulo 3*

### **Intimidade e vida privada**

- 3.1 Direito à intimidade e à vida privada. Noções

- 3.2 Intimidade e vida privada. Proteção normativa
- 3.3 Intimidade e vida privada. Distinções
  - 3.3.1 Intimidade
  - 3.3.2 Vida privada

#### *Capítulo 4*

##### **Gravações de imagens e o processo penal**

- 4.1 Noções gerais
- 4.2 As modernas tecnologias de investigação criminal: da prova por filmagem
- 4.3 Normatização dos novos meios tecnológicos de produção probatória
- 4.4 Prova documental. Conceito. Distinção entre documento e instrumento de prova
  - 4.4.1 Prova por filmagem com natureza jurídica de prova documental
  - 4.4.2 Prova por filmagem e seus instrumentos tecnológicos
  - 4.4.3 Prova por filmagem e a principal dificuldade de ordem técnica para sua aceitação em juízo
- 4.5 Gravação de imagens. Hipóteses de captação
  - 4.5.1 Gravações deliberadas de imagens
  - 4.5.2 Imagens geradas por câmeras de segurança
  - 4.5.3 Imagens geradas por câmeras de segurança e a intimidade do indivíduo
  - 4.5.4 Câmeras de segurança e ambiente de trabalho
  - 4.5.5 Imagens geradas por câmeras ocultas
  - 4.5.6 Necessidade de regulamentação das hipóteses em que a captação de imagem por câmera oculta será admitida no processo
  - 4.5.7 Utilização de câmera oculta pelo jornalismo investigativo
  - 4.5.8 Captação de imagens em ambientes privados
  - 4.5.9 Captação de imagens no interior de moradia
    - 4.5.9.1 Câmera oculta instalada pelo pai para vigilância de possíveis atividades criminosas do filho
    - 4.5.9.2 Imagens geradas por tomadas aéreas em lugares abertos dentro da propriedade privada
- 4.6 Captação de imagens por câmera oculta em local público
- 4.7 Pessoas suscetíveis a sofrer tal espécie de intervenção em sua intimidade
- 4.8 Há algum crime específico que poderia ensejar a aplicação de tal instrumento probatório?

#### *Capítulo 5*

##### **A prova por captação de imagens no processo penal e hipóteses de validade**

- 5.1 Captação de imagens por câmeras de segurança e sua validade como prova
- 5.2 Câmeras de segurança instaladas por particulares
- 5.3 Captação de imagens por câmeras ocultas e sua validade como prova
  - 5.3.1 Gravação sub-reptícia de imagem efetivada por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro

- 5.3.2 E quando o interlocutor que esteja sendo vítima de crime utiliza-se de tal meio probatório, gravando imagens clandestinas de diálogo com o suposto autor do crime?
- 5.3.3 Gravação sub-reptícia de imagens feita pela imprensa e sua validade como prova no processo penal

## *Capítulo 6*

### **Conclusões**

### **Referências**